



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 863158
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdicionados: Secretaria de Estado de Governo – Subsecretaria de Assuntos Municipais e Associação de Moradores do Bairro Boa Vista em Patos de Minas

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Secretário de Estado de Governo, Sr. Danilo de Castro, por meio da Resolução SEGOV n. 302, de 16/11/2011, com o objetivo de apurar possível prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, oriundo do convênio n. 429/2008/SEGOV/PADEN, firmado com a Associação dos Moradores do Bairro Boa Vista, localizada no Município de Patos de Minas.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Segunda Câmara de 4/2/2016 (f. 292), os conselheiros julgaram irregulares as contas e determinaram a restituição ao erário estadual de R\$9.518,70 (nove mil, quinhentos e dezoito reais e setenta centavos) pelo Sr. Amilton José de Amorim, Presidente da Associação à época. Ainda, aplicaram-lhe multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

A decisão transitou em julgado em 12/8/2016, conforme certificado à f. 294.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foram emitidas as Certidões de Débito n. 00211/2017 e 00212/2017 (f. 319/320v), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 863158M1244 e 863158RE807, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I e II, e art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 2 de agosto de 2017.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015